

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2021/061302  
RECORRENTE: TIAGO DE SOUZA E SOUZA  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA- SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: R001470761

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO À JARI SEINFRA. INFRAÇÃO DO ART. 218, I DO CTB. ALEGAÇÃO DO PRAZO PARA EXPEDIÇÃO. PEDIDO DE CONVERSÃO DO 267 CTB SOB ALEGAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS COM BASE NA ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO ARTIGO 267 DO CTB. DEIXANDO A CONVERSÃO DE SER UM FACULDADE DA ADMINISTRAÇÃO E PASSOU SER UM DEVER, SE PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

**Relatório**

Trata-se de Recurso interposto no intento de afastar aplicação de penalidade imposta em decorrência de infração de trânsito prevista no art. 218, I do CTB, lavrada no AIT nº R001470761, data 27/06/2021 na Rodovia BA 528 km 7,7 – SALVADOR/BA.

Em sua defesa formula alegações que tentam afastar a penalidade aplicada sem, e faz requerimento de conversão de penalidade de multa em advertência por escrito, por alegar preenchimento dos requisitos legais. A autuação foi lavrada em 27/06/2021, após o advento da alteração legislativa do CTB vigente a partir de 12/04/2021.

O presente processo encontra-se instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, cópia do auto de infração de trânsito e foto do veículo captada pelo equipamento no momento da infração, e documentos, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do presente Recurso.

É o relatório.

**Voto**

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória. Isto posto, verifico que as razões recursais não atendem aos interesses legais da Recorrente, e evidentemente as argumentações contidas nas razões recursais não prosperam, pois o AIT é subsistente e regular, sendo respeitado o lapso temporal de 30 (trinta) dias entre a lavratura do auto de infração de trânsito e a expedição da NAI – Notificação de Autuação de Infração de Trânsito, visto que o Recorrente teve a notificação expedida em 23/07/2021, cumprindo assim o que preconiza o art. 281,II do CTB.

Não prospera a arguição de nulidade tendo em vista que as ações do órgão atuador e dos agentes de fiscalização de trânsito estão sendo praticadas em conformidade com o Art. 280 e seus incisos do CTB, já que do AIT é possível extrair a identificação do órgão/entidade e da autoridade de trânsito ou agente atuador que responsável pela autuação do Recorrente que foi transitando acima da velocidade permitida.

As ações do órgão atuador e dos agentes de fiscalização de trânsito estão sendo praticadas em conformidade com a Lei, como dispõe o inciso V, já que do AIT é possível extrair a identificação do órgão/entidade e da autoridade de trânsito ou agente atuador que responsável pela autuação do Recorrente. Como se percebe, os requisitos exigidos no CTB foram devidamente preenchidos em conformidade como regula o artigo 280, inciso V do CTB, razão pela qual, não há que se falar em qualquer outro dado necessário a garantir a subsistência do AIT.

Sobre o pedido de conversão em Advertência, considerando que existem outras infrações no acesso do órgão atuador (SEINFRA/SIT) contidas no prontuário dos condutores e de proprietários dos veículos (RENACH/RENAVAM), iniciativa de responsabilidade do órgão máximo de trânsito da União, nos termos do §2º, artigo 10 da Res. 918/2022 e ainda que a consulta ao SMT revela que foram preenchidos os requisitos legais exigidos pelo artigo 267 do CTB após as alterações promovidas pela lei 14.071/2020,entendo que o AIT não deve ser anulado, dado recorrente ser reincidente.

Diante do exposto, verifica-se que as razões recursais não atendem aos interesses legais do Recorrente, diante dos argumentos à luz da 845/2021, do CONTRAN. Por estes motivos, VOTO no sentido de CONHECER do recurso interposto, entretanto dando-o por IMPROVIDO, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº R001470761 válido, mantendo a sua exigibilidade.

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, CONHECER do Recurso apresentado, dando-o por IMPROVIDO, julgando como inquestionável o Auto de Infração R001470761 válido, mantendo-se a responsabilidade TIAGO DE SOUZA E SOUZA, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 16 de maio de 2023.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaina Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI